



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 17ª REGIÃO
VARA DO TRABALHO DE COLATINA
ATSum 0000133-13.2020.5.17.0141
RECLAMANTE: DJAIR VAGO E OUTROS (4)
RECLAMADO: ECOART LAVANDERIA LTDA - ME E OUTROS (2)

EDITAL DE LEILÃO NA MODALIDADE ELETRÔNICA

O Excelentíssimo Dr. **MAURICIO CORTES NEVES LEAL** da Vara do Trabalho de Colatina/ES, **FAZ SABER** a todos quantos virem ou tiverem conhecimento do presente **EDITAL**, que o leiloeiro nomeado e devidamente credenciado perante este Juízo, **Sr. Sued Peter Bastos Dyna** levará a público leilão para venda e arrematação **na modalidade eletrônica**, o(s) bem(ns) abaixo descrito(s), mediante as seguintes condições :

O leilão ocorrerá **na modalidade eletrônica** de alienação, no ambiente do *site*: www.suedpeterleiloes.com.br, tendo sua **abertura** no **dia 02 de julho de 2026 a partir das 15h00min** e permanecerá ativo para captação de lances até o **dia 22 de julho de 2026 às 15h00min**, data em que será encerrado.

Para ofertar lances os interessados deverão se cadastrar previamente no *site* acima citado e encaminhar ao Leiloeiro os documentos para análise e liberação do cadastro, conforme as normas estabelecidas no *site*.

Caso algum lance seja recebido a menos de 3 (*três*) minutos para encerramento da oferta de lances, será reaberto novo prazo de 3 (*três*) minutos para que todos os usuários interessados tenham oportunidade de ofertar novos lances. A extensão do período de oferta de lances poderá ocorrer múltiplas e sucessivas vezes até que transcorram 3 (*três*) minutos sem nenhum lance.

Serão admitidos lances com valor inferior ao da avaliação, desde que não sejam inferiores a 50% (*cinquenta por cento*) do valor da avaliação (*preço vil*), nos termos definidos pelo *caput* e Parágrafo Único do art. 891 do CPC.

O produto da alienação deverá ser pago pelo arrematante em até 24 (*vinte e quatro*) horas a partir da data do encerramento do leilão, através de guia de depósito judicial vinculada ao processo, a qual será emitida pelo leiloeiro.

O Arrematante pagará ao Leiloeiro, à vista, em até 24 (*vinte e quatro*) horas a partir da data do encerramento do leilão, uma comissão correspondente a 5% (*cinco por cento*) sobre o valor da arrematação.

O Leiloeiro prestará contas do leilão em até 02 (*dois*) dias úteis subsequentes à realização do depósito do lance, feito pelo arrematante, nos termos do art. 884, Inc. V do CPC.

Os lances serão preferencialmente pagos à vista.

Não havendo licitantes que ofertem o lance à vista, será admitido parcelamento nos termos do Art. 895, do CPC.

Ficam cientes as partes de que, havendo acordo, pagamento ou adjudicação, que cancelem a realização do leilão com edital já publicado, a comissão do leiloeiro ficará reduzida a 2,5% (*dois vírgula cinco por cento*) sobre o valor da avaliação do bem, ou, se esta for muito superior ao montante da dívida, sobre o valor desta última, com as despesas a cargo do Executado, exceto no caso de adjudicação, hipótese em que o ônus será do Exequente.

Quando se tratar de bens móveis, fica, desde logo, o leiloeiro autorizado a efetuar a remoção dos mesmos, independentemente de nova e específica ordem deste Juízo, respondendo, a partir da respectiva remoção, pelo encargo de fiel depositário. (*Art. 159 e Art. 740, §2º do CPC*).

O local para onde foram removidos os bens, bem como o valor que será cobrado pelo armazenamento, deverá ser imediatamente comunicado ao Juízo.

O pagamento dos valores devidos pelo armazenamento ficará a cargo do(a) Executado(a) (*Art. 789-A, VIII, da CLT*), exceto no caso de arrematação do(s) bem(ns), hipótese em que essa despesa será quitada com parte do valor arrecadado.

O(a) Executado(a) não poderá impedir o Leiloeiro e/ou seu representante legal de vistoriar e fotografar e, se entender necessário, remover os bens penhorados, ficando desde já, advertida de que a obstrução ou impedimento constitui crime, nos termos do art. 330 do Código Penal.

O Leiloeiro deverá informar imediatamente a este Juízo, por e-mail, eventual tentativa de obstrução do seu trabalho, a fim de que seja expedido, imediatamente, mandado judicial para que o Oficial de Justiça acompanhe o leiloeiro a fim de dar cumprimento à remoção de bens, vistoria ou outra medida que seja necessária para viabilizar a hasta pública. No mandado constará a determinação para requisição de força policial, pelo Oficial de Justiça, caso entenda necessário.

Descrição do bem:

Apartamento de nº 201 – FRENTE – 3º PAVIMENTO, constituído de uma sala, um quarto, uma cozinha, um banheiro, uma varanda, um hall com escada, medindo 49,03m², área comum 8,48m², área total do 3º pavimento de 57,51m², fração ideal de 0,109972. Integrante do Edifício Residencial e Comercial com Três Pavimentos, “Condomínio do Edifício Maura Nunes, situado na Av. Beira Rio, Centro, Colatina-ES, em estrutura de concreto armado, paredes de alvenaria de tijolos, rebocadas e pintadas.

Observação 1: a despeito da metragem informada na matrícula do imóvel registrada no Cartório, o Boletim de Cadastro Imobiliário junto à Prefeitura de Colatina indica a “área da unidade” como sendo de 173,6m². Ambas as metragens podem não refletir exatamente o tamanho do imóvel, inclusive considerando que existe um terraço privativo.

Observação 2: há alienação fiduciária perante a Caixa Econômica Federal, contrato nº 144440946136-1. Valor da Dívida em 06/11/2025: R\$ 99.971,75.

Avaliação do imóvel integral: R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais).

O bem será vendido no estado de conservação em que se encontrar, não cabendo à Justiça e/ou ao Leiloeiro quaisquer responsabilidades quanto a consertos e reparos ou mesmo providências para o transporte daquele(s) arrematados.

Em caso de arrematação, assinado o Auto pelo Juiz, pelo Arrematante e pelo Leiloeiro, a arrematação será considerada perfeita, acabada e irretratável, nos termos do art. 903 do CPC.

O prazo para apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos de expropriação começará a contar após a assinatura do Auto pelo Leiloeiro, pelo Arrematante e pelo Juiz, independentemente de intimação.

A Arrematação é forma de aquisição originária, sobre a qual não devem recair quaisquer dívidas anteriores, pois estas se subrogam no preço da arrematação. (*Parágrafo Único do Art. 130 CTN e Art. 908, §1º do CPC*).

Atendendo ao Princípio da Ampla Publicidade (*Art. 887, §2º do CPC*) este edital será publicado no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho - DeJT, no sítio eletrônico do leiloeiro nomeado www.suedpeterleiloes.com.br e também afixado no átrio da Sede deste Juízo.

Ficam cientes da realização do(a) presente Leilão:

- **Autor:** DJAIR VAGO, CPF: 126.893.537-92; DIEGO DA SILVA TITOL, CPF: 150.561.617-48; MAICON FERREIRA RODRIGUES, CPF: 114.454.427-01; MARCIO MARQUES DE SOUZA, CPF: 096.110.477-54; FAGNER XAVIER SANTOS, CPF: 118.852.937-47;
- **Advogado do(a) Autor(a):** EDUARDO VAGO DE OLIVEIRA, CPF: 098.254.937-71
ELISANGELA KUMM, CPF: 081.250.127-61
LAYLA LAGASSI GUERRA, CPF: 125.128.127-31
EDUARDO VAGO DE OLIVEIRA, CPF: 098.254.937-71
ELISANGELA KUMM, CPF: 081.250.127-61
DAVID GUERRA FELIPE, CPF: 654.003.137-87
VALCI RIBEIRO TEODORO, CPF: 308.839.678-12;
- **Réu:** ECOART LAVANDERIA LTDA - ME, CNPJ: 23.252.684/0001-14; CAMILA MORAES LUPPI, CPF: 109.966.187-08; LINEZIA PEREIRA, CPF: 090.700.727-93;
- **Advogado do(a) Reclamado(a):** RENATO RODRIGUES BAYER, OAB: 22047;
- **Credor fiduciário/hipotecário:** CAIXA ECONOMICA FEDERAL

Caso algumas das partes se encontrem em local incerto e não sabido e não tiverem advogado constituído nos autos, **este edital servirá como intimação**, nos termos previstos pelo Parágrafo Único do Art. 889 do CPC.

Eu, FABRICIO PEREIRA COSTA, digitei.

COLATINA/ES, 02 de junho de 2026.

MAURICIO CORTES NEVES LEAL
Magistrado



Documento assinado eletronicamente por MAURICIO CORTES NEVES LEAL, em 02/06/2026, às 14:35:43 - c6bfca9
<https://pje.trt17.jus.br/pjekz/validacao/26052912134774000000045660476?instancia=1>
Número do processo: 0000133-13.2020.5.17.0141
Número do documento: 26052912134774000000045660476